

Solidariedade como instrumento da luta política: reflexões a partir das resistências populares na Argentina e no Brasil em tempos de pandemia

Flávia Braga Vieira
Javier W. Ghibaudi

*Dedicamos este texto aos movimentos populares do campo
e da cidade que não desistem de lutar por um mundo mais justo,
solidário e igualitário.*

Solidariedade: [...] Sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades dum grupo social, duma nação, ou da própria humanidade (Dicionário Aurélio).

Acho que o exercício da solidariedade, quando se pratica de verdade, no dia-a-dia, é também um exercício de humildade, que te ensina a se reconhecer nos outros. E a reconhecer a grandeza escondida nas coisas pequeninas, o que implica denunciar a falsa grandeza nas coisas grandinhas, em um mundo que confunde grandeza com grandinho (Eduardo Galeano).

Em um mundo individualista, a pandemia que demanda coletivos

A maioria das gerações que hoje vivencia a experiência da pandemia da Covid-19 formou-se no senso comum do individualismo reproduzido nos discursos do empreendedorismo e meritocracia, notadamente nas últimas quatro décadas, comumente chamadas “neoliberais”. Essas noções poderiam estar em xeque em momentos de pandemia, pois, esta, por definição, afeta um conjunto amplo de contingentes populacionais no mundo inteiro. Sabemos, entretanto, que a pandemia discrimina, sim, entre classes sociais, raças e territórios, diferenciando o acesso aos recursos de prevenção e tratamento, incluindo o privilégio de ter condições de manter-se no isolamento social ou contar com arranjos políticos e materiais que valorizem a vida.

Na América Latina, observa-se de fato uma reatualização do discurso e das práticas de matriz escravocrata e racista. Assim, membros das elites — ou os que se identificam com elas — protestam e exigem, tanto a partir de cômodos e isolados carros particulares quanto de escritórios empresariais, que os de baixo voltem a seu lugar subalterno na produção de mercadorias, pois “a economia não pode parar”.

Existe, fora da grande mídia, entretanto, um acúmulo de ações coletivas a partir dos de baixo, dos grupos sociais e dos territórios historicamente explorados e invisibilizados, que diante da pandemia enfrentam uma maior precarização das suas condições de vida, reconstruindo os laços sociais e os cuidados com o outro. Nesse sentido, seguindo até a definição precisa do dicionário, são bem denominadas como ações de solidariedade. Essas práticas estabelecem, de fato, formas de reprodução da vida que não passam pelo mercado capitalista hoje em colapso, isto é, por relações de compra e venda orientadas ao lucro. Permitem ainda, e não menos importante, tornar visíveis a seus sujeitos, construir e defender valores comuns e fazer do estigma uma identidade coletiva. Atualizam, ademais, um longo e profundo processo histórico de lutas e resistências das classes exploradas.

Nestas reflexões, serão observadas, brevemente, práticas solidárias em tempos de pandemia, focando nos espaços que melhor conhecemos, o Brasil e a Argentina, numa perspectiva histórica que leve em consideração as lutas e resistências que estas ações atualizam.

A solidariedade como elemento-chave das lutas e resistências populares

Há tempos os historiadores têm apontado que a solidariedade e o comunalismo são valores que marcam e definem as lutas dos oprimidos. Thompson, em sua contribuição sobre a economia moral, demarca como as primeiras lutas anticapitalistas não se deram nas fábricas, mas na luta política pelos fatores de reprodução da vida. Seja em motins de fome ou em revoltas e rebeliões para a manutenção de leis costumeiras e tradicionais, o princípio da solidariedade e da vida comum era o principal motor das lutas.

Toda a historiografia sobre a tradição socialista/comunista/anarquista, desde o século XIX, também ressalta o lugar-chave do princípio de solidariedade para a organização da classe trabalhadora. Muitos são os exemplos de autores, manifestos, textos e documentos que acionaram este princípio na construção de organizações e lutas locais, nacionais e internacionais. A experiência mais notável é certamente a das Brigadas Internacionais, durante a Guerra Civil Espanhola, que contaram com mais de 40 mil combatentes de 53 diferentes países. A dedicação a uma causa “alheia” aos interesses imediatos destes militantes é impressionante, levando em conta que cerca de 10 mil deles morreram em combate. Nesta tradição, solidarizar-se com os sofrimentos e lutas alheios é parte da própria construção da consciência de classe. Fazer pelo outro é construir a si mesmo como sujeito histórico.

Na América Latina, as lutas contra a opressão e a construção de laços sociais diferentes dos dominantes envolvem uma longa e variada trajetória de resistências contra o racismo e a exploração

capitalista que, não por acaso, para muitos historiadores se inauguraram como sistema de poder na conquista e exploração do continente. Esta trajetória faz parte do ideário de movimentos de identidade nos campos e também nas favelas, *villas* e periferias das grandes cidades do Brasil e da Argentina. Assim, com Aníbal Quijano, podemos mencionar brevemente aqui as revoltas e revoluções que combateram a distinção de classe e de raça e procuraram formas de reprodução social emancipatórias, como a revolta de Tupac Amaru (1780), a revolução Haitiana (1791), e a revolução mexicana (1910) e podemos agregar ainda as lutas dos quilombos no Brasil, além de tantos outros movimentos de resistência desde o período colonial, o qual inaugura a modernidade capitalista

A solidariedade é o oposto da economia de mercado capitalista

A proposta de organização de relações de trabalho mais igualitárias e de ajuda mútua em oposição às mercantis capitalistas, reivindicadas hoje em cooperativas populares e redes de ajuda mútua, apareceram de forma explícita nos países centrais no século XIX, justamente quando o projeto capitalista triunfa como sistema global. Por um lado, a filosofia liberal, como bem afirma Karl Polanyi, defendia a utopia de uma sociedade de mercado, isto é, a fantasia em propor que relações impessoais de compra e venda na procura do lucro conseguiriam estruturar e reproduzir a vida, a natureza, a sociedade. Por outro lado, mulheres e homens começaram a resistir às mudanças impostas por esse mercado e a organizar formas de proteção do tecido social. A luta política foi formando, como bem diz Thompson, uma identidade de classe operária, resistindo nas fábricas e criando também relações de trabalho não orientadas ao lucro individual, mas sim a uma gestão e distribuição do excedente mais igualitária, preocupados também pelas formas de consumo e distribuição no mundo marcado pela Revolução Industrial. É assim que pode ser compreendido o formidável movimento cooperativo do século XIX nascido

na Inglaterra, verdadeiro movimento político, não por acaso ligado também às lutas sindicais.

Do mesmo modo, podemos ler os movimentos de ajuda mútua dos socialistas utópicos franceses. Essas ideias e práticas concretas de luta por direitos e formas de reproduzir a vida, diferentes às capitalistas, estão nas ideias e ações dos socialistas e anarquistas que desembarcaram nos portos sul-americanos no começo do século XX. E também na base das reivindicações que se institucionalizam no chamado Estado de Bem-Estar nos países centrais do capitalismo, justamente depois das duas grandes guerras e da crise mundial que marcaram o colapso da sociedade de mercado liberal na primeira metade do século XX.

As lutas no campo, nos bairros e nas fábricas no último quarto do século XX

Polanyi sugere, e nós bem conhecemos, que na periferia colonial do sistema capitalista, comandado por Inglaterra, a destruição do tecido social foi bem mais profunda. Como bem adverte Roberto Schwarz, o liberalismo latino-americano era, paradoxalmente, escravocrata. Se nos países centrais os grandes conflitos de classe e geopolíticos permitiram a conquista de novas regulações em favor dos trabalhadores, sobretudo na saída da pós-Segunda Guerra, em nossos países vivenciamos, também, conflitos e conquistas, mas prevaleceram as fortes desigualdades, atualizadas na colonialidade do poder.

É dentro das permanências destas condições que podemos observar, especialmente a partir dos anos 1960 e 1970, ações no campo e nas periferias das cidades, do chamado trabalho de base para a construção de laços sociais com ideais emancipatórios. Este movimento foi impulsionado por duas grandes influências conceituais e práticas.

De um lado, existiam grupos marxistas que emergiram e se multiplicaram durante o ciclo de ditaduras militares no continente, em

oposição a estes regimes. Tais grupos faziam formação política para sua militância interna, mas também buscavam influenciar públicos mais amplos, por meio dos sindicatos, organizações estudantis, associações de bairros e comunitárias. Nesta formação política, os princípios da educação popular estavam atrelados aos ideais de superação do autoritarismo e, em última instância, do próprio capitalismo.

De outro lado, logo após o Concílio Vaticano II (1962-1965), que alterou profundamente as diretrizes mundiais da Igreja Católica Romana, o episcopado da América Latina realizou encontros para interpretar os documentos dentro da problemática do continente. Reunidos em Medellín, Colômbia (1968), e mais tarde em Puebla, México (1979), aprovaram as novas diretrizes para a Igreja no continente, que se tornaram conhecidas como a “Opção Preferencial pelos Pobres”. A guinada “em direção ao povo” da Igreja Católica do continente, através da Teologia da Libertação, possibilitou que a religião mais expressiva entre nossas populações passasse a falar de organização pelas bases comunitárias (Comunidades Eclesiais de Base) e o papel da educação das massas para superação da pobreza e da carestia.

No Brasil, o momento mais expressivo da conjunção destas duas influências se deu no final da ditadura militar, mais especificamente, no final dos anos 1970 e ao longo de toda a década de 1980. A redemocratização foi feita pela base. Lutas alicerçadas na organização comunitária questionavam o regime autoritário, mas também propunham a democratização das próprias organizações populares. No âmbito institucional, surgiu o Partido dos Trabalhadores, reunindo correntes marxistas, setores da Igreja progressista e os sindicatos que capitanearam as maiores greves da história do país.

No sindicalismo, foi criada a Central Única dos Trabalhadores com a proposta de incorporar tanto os sindicatos quanto as oposições sindicais. No campo surgiu o “Movimento Sem Terra” (MST), clamando por reforma agrária e por distribuição de riqueza e direitos para os que viviam da terra, independente de serem ou não os proprietários delas. A forma “acampamento” lançava luz sobre os

latifúndios improdutivos e o trabalho análogo à escravidão que persistia (e ainda persiste) no campo.

Nas cidades, movimentos por moradia e associações de moradores propunham a reforma urbana e praticavam os mutirões como forma de exigir saneamento, transporte e habitação para todos. Em todos estes movimentos, a lógica comunitarista, a organização pela base, a educação popular e a solidariedade entre os de baixo eram a tônica e o horizonte. Parte significativa das demandas desses movimentos foi incorporada na Constituição de 1988, por causa dessa pressão popular.

Ao longo dos anos 1990, e com o crescimento do PT como partido institucional, muitas dessas organizações deixaram de dar ênfase aos processos formativos e autônomos, para apostar na participação por dentro das brechas do Estado, vislumbrando a consolidação de direitos. A pulverização e segmentação de pautas enfraqueceu o sentido solidário popular da década anterior. Ainda assim, muitas lutas contra a implementação das reformas neoliberais estiveram calcadas em processos de solidariedade fortes e contundentes: “todos somos petroleiros”, na histórica greve de 1995; as marchas do MST no final dos anos 1990 que cruzaram o país, juntando estudantes, trabalhadores urbanos e servidores públicos; entre tantos outros. Heranças do associativismo dos anos 1980 também seguiram na consolidação de centenas de cooperativas em assentamentos de reforma agrária, na criação e fortalecimento do movimento de economia solidária (que recebeu expressivos recursos durante os 13 anos do governo petista) e na vida comunitária das favelas e bairros periféricos.

Na Argentina, as lutas nos bairros e nas fábricas fazem parte de uma forte identidade de classe operária e da própria formação urbana ao longo do século XX. Essa formação contra os mitos de um país branco entrelaça-se com o interior indígena e camponês, que, após resistir aos genocídios do século XIX, manteve formas comunitárias em seus territórios e foi o fundamento das migrações internas durante a industrialização do país na primeira metade do século pas-

sado, confluindo nas grandes periferias urbanas. Particularmente em Buenos Aires, Córdoba e Rosário, tradições anarquistas e socialistas se articularam em novos movimentos populares como o peronismo, tanto na fábrica quanto no bairro. Hoje podemos falar de mais de um século de tradições de organizações como bibliotecas e centros culturais populares, cooperativas de trabalho, de crédito e de consumo em articulação com sindicatos e construção de um tecido de instituições ligados à saúde, à moradia, à alimentação e à educação popular no campo e nas periferias. Em vão tentaram banir tais articulações, quando os grupos dominantes levaram adiante um projeto genocida da organização popular, chegando à morte e desaparecimento de 30 mil pessoas na última ditadura militar (1976-1983). Mesmo durante a derrota houve resistências, e assim a luta pela volta à democracia envolveu o julgamento dos genocidas e um movimento crescente por memória, verdade e justiça. Não é por acaso que os setores do sindicalismo, das organizações de base nas periferias urbanas e no campo que lutaram contra a ditadura continuaram na volta à democracia, em 1984, construindo laços, cooperativas, bairros e, depois, lideraram resistências à chamada agenda neoliberal dos anos 1990.

Após ser implementada essa agenda, a economia argentina colapsou em 2001, com mais de 20% de taxa de desemprego aberto e de 45% da população na pobreza. Em função disso, ganharam visibilidade, entre outros, os movimentos de desempregados das periferias urbanas que se organizaram coletivamente para reivindicar o direito ao trabalho e criar cooperativas com os recursos exigidos ao Estado. Utilizando as mesmas práticas de “ocupação e resistência” dos movimentos de moradia das décadas de 1970 e 1980, trabalhadores de fábricas em falência conseguiram a sua expropriação e voltaram a produzir em forma coletiva, conquistando e institucionalizando o direito ao trabalho digno e um amplo leque de atividades fabris e de serviços que envolve até hoje quase 400 *recuperadas* e mais de 15 mil trabalhadoras e trabalhadores.

Tendo como grande referência e aliado concreto o MST do Brasil, movimentos de camponeses resistiram o despejo promovido pelo agronegócio e articularam cooperativas e redes para sobreviver e crescer econômica e politicamente, articulando-se em nível internacional na Via Campesina. Junto com a forte identificação comum com a causa trabalhadora dos movimentos nas cidades, reivindicam também sua matriz indígena, a mesma pela qual os trabalhadores das periferias urbanas eram, e são, discriminados pelas elites tradicionais e racistas. É importante mencionar que movimentos do campo e da cidade se articularam entre si com práticas, valores, referentes e instituições da resistência à ditadura como as organizações de *Abuelas*, de *Madres* e de *Hijos* de desaparecidos da ditadura.

Lutas invisíveis por solidariedade e ampliação dos limites do possível

As práticas e experiências solidárias e comunistas que historicamente foram sendo tecidas pelos movimentos sociais latinoamericanos se tornaram ainda mais visíveis diante da crise social, econômica e política provocada por um novo colapso do sistema capitalista em sua forma neoliberal: a pandemia do coronavírus. O desemprego, a culpabilização dos indivíduos por sua situação de carência, a falta de políticas públicas, o desmonte das estruturas estatais de assistência social e de saúde, desmascararam nos últimos meses um sistema desigual e egoísta que não pode dar (e não quer dar) conta da tragédia humana que o vírus evidencia. É neste contexto que surgem iniciativas de vulto expressivo para salvar vidas, seja do vírus, seja da fome.

No Brasil, desde o começo da pandemia e do processo de quarentena e isolamento social instaurado pelos governos estaduais, muitas ações pulverizadas surgiram. De um lado, há a clássica filantropia dos ricos, através de doações para comunidades pobres, que o *Jornal Nacional* vem nomeando como “Solidariedade S.A.”. Multinacionais, como o Itaú e a Natura, têm doado diretamente ou feito campanhas

de arrecadação de recursos, alimentos e gêneros de saúde para serem doados a grupos vulneráveis, através de grandes ONGs. Estas ações são veiculadas em campanhas publicitárias na mídia corporativa, as quais, sabemos, custam fortunas, especialmente na televisão e em horário nobre. Uma futura comparação entre o valor dos recursos doados e o que foi dispendido no marketing destas empresas poderá, contudo, demonstrar quem de fato “ganhou” com tais ações.

De outro lado, há frentes classistas de solidariedade, envolvendo movimentos sociais do campo e da cidade, para a garantia da alimentação e proteção sanitária de grupos vulneráveis nas áreas mais expostas à contaminação. Dentre as centenas (talvez milhares) de ações populares de solidariedade destacam-se as campanhas “Vamos precisar de todo mundo” e “Periferia Viva”. Ambas são compostas por movimentos e organizações que atuam localmente e nacionalmente há várias décadas. São articulações de parceiros antigos que, no momento da pandemia, se juntaram novamente para defender a classe trabalhadora, isto é, se autodefender, dos descasos do sistema capitalista.

A campanha “Vamos precisar de todo mundo” é uma iniciativa das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, articulações políticas de movimentos sociais, sindicatos e partidos de esquerda que se formaram na última década para reagir à conjuntura de avanço conservador no país. Neste momento, as Frentes compuseram um site no qual podem ser localizados pontos de solidariedade por todo o território nacional e nos quais voluntários individuais ou coletivos podem se somar, fazendo doações em dinheiro, em alimentos e bens de higiene, assim como se colocar à disposição para trabalhar na entrega das doações, junto aos coletivos dos movimentos que sistematizam onde e quem vai receber o quê. Algumas organizações envolvidas são: Central de Movimentos Populares, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento Sem Terra, Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas, União de Movimentos de Moradia, entre outros. A campanha “Vamos precisar de todo mundo” está atendendo grupos vulneráveis

em diferentes regiões do país, fazendo uma impressionante articulação campo-cidade. Assentamentos do MST doaram mais de 500 toneladas de alimentos para serem distribuídos em periferias urbanas entre 15 de março e 23 de abril. Só no dia 17 de abril, em memória dos 21 militantes do MST assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás há 24 anos, foram doadas 350 toneladas de alimentos. O chamado do Movimento é para que os assentamentos produzam mais para doar mais. Em alguns estados como Paraná, Minas Gerais e Pernambuco, que têm cooperativas fortes e sólidas de produção, beneficiamento e distribuição de gêneros alimentícios, as ações alcançam números muito expressivos.

A Campanha “Periferia Viva — Solidariedade para combater o Coronavírus” é uma articulação voltada especificamente para atender grupos vulneráveis nas periferias das grandes cidades. Em favelas e bairros pobres, estão sendo mapeados lideranças e movimentos locais que organizam as comunidades para receber as doações que são recolhidas. Estão envolvidos centenas de grupos locais e alguns movimentos de expressão nacional, tais como: Movimento dos Trabalhadores Desempregados; Movimento Sem Terra; Movimento Pela Soberania Popular na Mineração; Movimento dos Atingidos por Barragens; Movimento dos Pequenos Agricultores; Levante Popular da Juventude; entre outros.

Importante destacar que estas campanhas têm sido lideradas por movimentos populares e organizações sindicais, mas contam com expressivo apoio financeiro de contribuições individuais da classe média trabalhadora das cidades, especialmente dos servidores públicos, os quais sofrem com ameaças constantes do governo de terem seus salários cortados. O efeito devastador destes cortes, se forem implementados, não será sentido apenas na qualidade de vida das famílias dos servidores, mas em parte também nestas invisibilizadas ações de solidariedade para com os mais vulneráveis.

Na Argentina, logo nos primeiros dias da chegada da pandemia e quando as incertezas e fobias pareciam crescer, organizações

comunitárias ganharam também visibilidade. O Movimento Nacional Campesino Indígena, dentro da Coordenação Latino-americana de Organizações do Campo na Via Campesina (MNCI-Cloc-VC) lançou a campanha “fica em casa, não em silêncio”, na qual os cooperados de agroecologia mostravam seu trabalho e como estavam produzindo alimentos saudáveis para todos. A ampla frente de organizações da economia popular, muitas especialmente visíveis em 2001 e recentemente organizadas como União de Trabalhadoras e Trabalhadores da Economia Popular (Utep), intensificaram o trabalho de comitês locais de relevamento de necessidades e distribuição de alimentos nos bairros populares da periferia, exigindo e se articulando com o poder público e sindicatos. Diversos movimentos de fábricas recuperadas apoiaram a ação de cooperativas que, em uma admirável capacidade de reação, se converteram em organizações de produção têxtil de máscaras de proteção e material hospitalar. Nas *villas* do distrito mais rico do país, antecipando a incapacidade do poder público de atender às demandas populares, coletivos já reconhecidos por seu trabalho em defesa de direitos humanos, comunicação social e trabalho cooperativo, como La Garganta Poderosa, intensificaram as redes de ajuda mútua para prevenção e tratamento do distrito. Incluindo a disponibilidade de um emblemático hotel *recuperado* do centro de Buenos Aires, El Bauen, de mais de 100 leitos para a atenção aos moradores e pressionando o poder público, também com apoio de meios de imprensa *recuperados*, para o fornecimento de água, alimentos e outros serviços básicos.

Em tempos de uma pandemia que quer se alastrar na indiferença e desolação da procura por lucro e poder de uns poucos, os de baixo, invisibilizados e explorados recuperam, recriam e inovam fazendo solidariedade na luta. Como diz o cantor e compositor Victor Heredia, em homenagem aos desaparecidos na luta contra a ditadura na Argentina:

Todavía cantamos, todavía pedimos,
todavía soñamos, todavía esperamos;
por un día distinto
sin apremios ni ayuno
sin temor y sin llanto,
porque vuelvan al nido
nuestros seres queridos.
Todavía cantamos, todavía pedimos,
Todavía soñamos, todavía esperamos...

A fala de uma dirigente do MST demonstra o quanto estas ações, aparentemente pontuais e conjunturais são, de fato, a atualização de uma tradição histórica de lutas antissistêmicas em nosso continente e no mundo:

Só quem se preocupa com a classe trabalhadora é a própria classe trabalhadora. A solidariedade deve ser um gesto que devemos perseguir, porque na luta pra poder aumentar a nossa imunidade, fazendo com que mais pessoas possam ter acesso a alimentos saudáveis, a gente também tem que aumentar a nossa humanidade. A luta e defesa da humanidade é o povo quem faz. É por isso que temos de aumentar as nossas ações por todo o país. Sejam solidários, pois revolucionários são solidários. Mas sejam também ousados no sentido de questionar este modelo e dizer para a sociedade que para enfrentar a pandemia, para enfrentar a crise do capital é preciso derrotar este modelo de sociedade tão desigual, tão cruel, que não se importa com as vidas humanas (Kelli Mafort, membro da Direção Nacional do MST, no Programa Análise de Conjuntura, canal do Youtube do MST, 23 abr. 2020).

A pandemia expõe a crise e, ao mesmo tempo, as possibilidades de aprofundamento do sistema capitalista, através da reprodução das desigualdades e da exploração. Parece-nos, entretanto, que ela também está evidenciando a longa tradição de valores solidários dos subalternos e, quem sabe, propiciando lutas e resistências inesperadas em futuro não tão distante.

PARA SABER MAIS!

<<https://todomundo.org/>>.

<<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/18/mtd-e-mst-participam-do-lancamento-da-campanha-periferia-viva-acompanhe-ao-vivo>>.

<<https://www.facebook.com/campanhaPeriferiaViva/>>.

<<https://www.youtube.com/watch?v=YewHZHW86LM>>.

<<https://www.nodal.am/2020/04/america-latina-el-rol-de-la-economia-popular-en-tiempos-de-coronavirus-por-carina-lopez-monja/>>.

<<https://www.pagina12.com.ar/256193-empresas-recuperadas-contra-el-coronavirus>>.

<<https://es-la.facebook.com/MNCI.CLOC.VC/>>.

<<http://www.lapoderosa.org.ar/>>.

PARA LER MAIS!

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

QUIJANO, A. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina*. In: **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estruc-**

- tural a la colonialidad/descolonialidad del poder.** Buenos Aires: Clacso, 2014.
- SCHWARZ, R. *As ideias fora do lugar.* In: **Ao vencedor as batatas. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro.** São Paulo: Duas Cidades, 1992.
- SIGAUD, L.; ROSA, M. & MACEDO, M. E. *Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada.* **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 51, n.º 1, pp. 107-42, 2008.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOBRE OS AUTORES

Flávia Braga Vieira é doutora em Planejamento Urbano e Regional e professora de Sociologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Javier W. Ghibaudi é doutor em Planejamento Urbano e Regional e professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense.